

Protocolo de prevenção das principais doenças infecciosas em felinos de abrigos: revisão bibliográfica

Daiane Dias Macedo¹

Gabrielli Lorene Tavares²

Nayara Estefani Oliveira³

Regina Maria Nascimento Augusto Blaitt⁴

¹Discente do Curso de Medicina Veterinária da Universidade de Sorocaba-SP Brasil. E-mail: daiane.macedo01@hotmail.com

²Discente do Curso de Medicina Veterinária da Universidade de Sorocaba-SP Brasil. E-mail: gabriellitavares97@gmail.com

³Discente do Curso de Medicina Veterinária da Universidade de Sorocaba-SP Brasil. E-mail: nayaraoliveira190600@gmail.com

⁴Docente do Curso de Medicina Veterinária da Universidade de Sorocaba-SP Brasil. E-mail: reginamaria.uel@gmail.com

RESUMO. Examinando a complexidade das doenças infecciosas em felinos de abrigos, enfatiza-se a importância de protocolos preventivos eficazes. O objetivo principal das práticas abordadas é reduzir a incidência e gravidade dessas enfermidades, promovendo uma melhor qualidade de vida para esses animais. Isso inclui medidas como vacinação, desparasitação, quarentena e isolamento, além de considerar fatores como ambiente de alojamento, práticas de manejo, nutrição adequada e gestão do estresse. A medicina veterinária do coletivo destaca a importância de abordar não apenas os problemas de saúde dos animais, mas também as questões sociais, econômicas e políticas que afetam suas vidas. Destacam-se as principais doenças infecciosas em felinos de abrigo, como o Vírus da Imunodeficiência Felina (FIV), o Vírus da Leucemia Felina (FELV) e a Esporotricose, focando nas maneiras de prevenção e controle de cada doença. A importância em relação a promoção da saúde animal em larga escala na construção de comunidades mais saudáveis e sustentáveis também é comentada. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e boas práticas de manipulação de animais suspeitos, além formas de higiene e desinfecção para eliminar o fungo do ambiente fazem parte das medidas preventivas. A gestão de abrigos deve seguir diretrizes que garantam o bem-estar dos animais, como proporcionar espaços adequados, promover a limpeza regular e identificar e isolar animais doentes para evitar a propagação de doenças. A segregação e identificação de felinos infectados são métodos eficazes para prevenir novas infecções. Além disso, são apresentadas orientações, ressaltando a necessidade de ajustar os protocolos de vacinação em ambientes de abrigo para assegurar o bem-estar dos felinos, considerando a maior exposição a doenças infecciosas e proteção aos animais recém-admitidos. Assim, torna-se evidente que a prevenção e controle de doenças infecciosas em felinos de abrigo exigem uma abordagem abrangente que leve em consideração não apenas as necessidades de saúde dos animais, mas também as condições sociais e ambientais em que vivem.

Palavras-Chave: controle, esporotricose, felv, fiv, vacinação

Prevention protocol for major infectious diseases in shelter felines: bibliographic review

ABSTRACT. Examining the complexity of infectious diseases in shelter felines, the importance of effective preventive protocols is emphasized. The main objective of the practices discussed is to reduce the incidence and severity of these illnesses, promoting a better quality of life for these animals. This includes measures such as vaccination, deworming, quarantine and isolation, as well as considering factors such as housing environment, husbandry practices, adequate nutrition and stress management. The collective's veterinary medicine highlights the importance of addressing not only animals' health problems, but also the social, economic and political issues that affect their lives. The main infectious diseases in shelter felines stand out, such as Feline Immunodeficiency Virus (FIV), Feline Leukemia Virus (FELV) and Sporotrichosis, focusing on ways to prevent and control each disease. The importance of promoting animal health on a large scale in building healthier and more sustainable communities is also discussed. Personal Protective Equipment (PPE) and good practices for handling suspected animals, as well as forms of hygiene and disinfection to eliminate the fungus from the environment are part of the preventive measures. Shelter management must follow guidelines that guarantee the well-being of animals, such as providing adequate spaces, promoting regular cleaning and identifying and isolating sick animals to prevent the spread of diseases. Segregation and identification of infected felines are effective methods to prevent new infections. In addition, guidelines are presented, highlighting the need to adjust vaccination protocols in shelter environments to ensure the well-being of felines, considering the greater exposure to infectious diseases and protection of newly admitted animals. Thus, it becomes clear that the prevention and control of infectious diseases in shelter felines requires a comprehensive approach that considers not only the health needs of the animals, but also the social and environmental conditions in which they live.

Keywords: control, felv, fiv, sporotrichosis, vaccination

Introdução

As doenças infecciosas em felinos representam um desafio significativo para o bem-estar e a saúde desses animais, especialmente em ambientes de abrigo (Galdioli et al., 2021). Estabelecer protocolos eficazes de prevenção é essencial para reduzir a incidência e gravidade dessas doenças, garantindo condições mais saudáveis e confortáveis para os felinos abrigados. Além disso, abordar o bem-estar felino de forma holística, incluindo medidas de prevenção de doenças, promove uma melhor qualidade de vida para os animais e contribui para a gestão responsável e sustentável de abrigos de animais (Ottoni, 2019). Dessa forma, ao implementar tais protocolos, não apenas se protege a saúde dos gatos, mas também se preserva a saúde pública, reduzindo o potencial de disseminação de doenças entre os animais e a comunidade em geral, afirma Brandão (2016). É comum que os serviços veterinários em abrigos sejam acionados apenas em resposta à emergência de uma doença específica. A partir das informações obtidas pela Medicina Veterinária do Coletivo – UFPR (2020), pelo site “Ciências Agrárias” sobre o manejo de doenças, embora seja desafiador implementar uma abordagem preventiva nesses ambientes que normalmente estão com suas capacidades de acolhimento acima do limite, essa estratégia se mostra mais eficiente, ética e economicamente vantajosa a longo prazo. Apesar da existência de diversos programas de controle sanitário em abrigos, as doenças infecciosas continuam a ocorrer, evidenciando a indispensabilidade da medicina veterinária preventiva nessas instalações, conforme discutido por Bezerra et al. (2022). Diante disso, o objetivo desse trabalho é realizar uma revisão bibliográfica

abrangente sobre os protocolos existentes para a prevenção das principais doenças infecciosas em ambientes de abrigos felinos, com o intuito de atualizar as informações disponíveis na literatura, contribuindo para a compreensão crítica dessas estratégias e fornecendo subsídios para o desenvolvimento de um protocolo de prevenção eficaz, visando o bem-estar e a saúde dos felinos em abrigos.

Medicina Veterinária do coletivo

A Medicina Veterinária do Coletivo (MVC) envolve a atuação da medicina veterinária com entendimento do complexo social e suas demandas políticas, econômicas, sociais e educacionais existentes em todas as comunidades e territórios, visto que essas demandas não são apenas problemas humanos, pois refletem sobre a vida dos indivíduos, famílias, comunidades e seus animais. As desigualdades sociais, as estruturas socioeconômicas e políticas impactam todos os seres, inclusive os animais que fazem parte da sociedade e são impactados pelos seus problemas direta ou indiretamente. Há necessidade de repensar as atuais condutas e perspectivas para o futuro, assim como renovar e ampliar saberes, integrar programas e estratégias para o bem comum onde humanos e animais compartilham o mesmo ambiente. (GARCIA; CALDERÓN; BRANDESPIM, 2019)

De acordo com o Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC, 2022), um tópico relevante discutido foi a medicina veterinária coletiva, que visa à saúde de populações de animais, abordando questões como controle de zoonoses, bem-estar animal em grande escala, controle de doenças em abrigos e comunidades urbanas, além da preservação da saúde ambiental, promovendo uma boa convivência entre humanos e animais.

Medicina de Abrigos

Conforme a Medicina de Abrigos Brasil – Infodados de Abrigos de Animais (2022), é uma área da medicina veterinária dedicada ao cuidado e manejo de animais em ambientes de abrigos, garantindo o bem-estar dos felinos abrigados, facilitando a transição para lares permanentes através de cuidados de qualidade e programas de adoção éticos. É fundamental instituir um protocolo abrangente de prevenção, o qual deve englobar vacinação, desparasitação, quarentena e isolamento (Castanheiro, 2017). Além disso, também é importante considerar outros fatores que podem influenciar na predisposição, tais como o ambiente de alojamento, práticas de manejo, gestão do estresse, nutrição adequada, densidade populacional e práticas de higiene. Isso inclui a limpeza regular das instalações do abrigo, a lavagem dos comedouros e bebedouros, incluindo também a limpeza das caixas de areia, bem como, identificar e isolar gatos doentes para evitar a propagação de doenças contagiosas, contribuindo para controlar surtos e proteger a saúde dos demais animais (Alves, 2020).

Fatores predisponentes a doenças infecciosas em abrigos

O controle de doenças infecciosas em abrigos de animais é um processo complexo que envolve vários aspectos. Dentre os fatores que influenciam a saúde dos animais, destacam-se a idade, sexo, estado reprodutivo, status imunológico, nível de estresse e características genéticas. Além disso, a quantidade e duração da exposição a agentes infecciosos, sua virulência e via de inoculação também têm impacto na probabilidade e gravidade das doenças. Isso requer uma abordagem holística que considera não apenas os fatores de risco para infecções, mas também estratégias de prevenção, identificação precoce, manejo adequado dos animais infectados e ações para garantir o bem-estar geral da população de animais sob cuidados de abrigos. (Susan E. Little, 2015).

Apesar da implementação dos programas de controle sanitário, ainda há um número considerável de doenças infecciosas relatadas, ressaltando a importância crucial da medicina veterinária preventiva na redução desses casos. Segundo Greene (2015), a abordagem referente às enfermidades infecciosas em abrigos felinos deve priorizar práticas de manejo e medicina

preventiva. É crucial fortalecer a resistência da comunidade felina à invasão e propagação de agentes infecciosos, assim como a capacidade de resistência à colonização de cada indivíduo. Essa resistência, definida como a habilidade inata e adquirida de um animal para enfrentar doenças infecciosas, abrange diversos aspectos, como comportamentais, físicos e imunológicos.

As principais doenças infecciosas em felinos de abrigos apresentadas no seguinte trabalho são FIV (Vírus da Imunodeficiência Felina); o FELV (Vírus da Leucemia Felina) e a Esporotricose, que de acordo com Greene (2015) é uma enfermidade causada pelo fungo *Sporothrix schenckii*.

Dos Santos et al. (2021) afirmam que o Vírus da Leucemia Felina e a Imunodeficiência Viral Felina estão entre as principais doenças que afetam os felinos. Ambas são retrovíroses, e possuem a capacidade de integrar seu material genético ao DNA do hospedeiro, resultando em diversos danos ao animal.

O Vírus da Imunodeficiência Felina (FIV) pode ser detectado na saliva de gatos infectados, e a probabilidade de infecção é maior em felinos do sexo masculino e que têm acesso ao meio externo, sugerindo transmissão por mordidas durante o acasalamento. A infecção pode progredir por estágios clínicos variados e inespecíficos, desde sintomas agudos como depressão, falta de apetite, febre e aumento dos gânglios linfáticos. No entanto, alguns permanecem assintomáticos imediatamente após a infecção, que após a fase aguda pode se estender por meses ou anos. Em estágios avançados, os gatos podem desenvolver infecções secundárias e doenças imunomediadas. Na fase terminal, podem ocorrer transtornos neurológicos, neoplasias e múltiplas infecções oportunistas, resultando em um declínio rápido na saúde do gato, com uma expectativa de vida de apenas alguns meses. (Susan E. Little, 2015). Animais com a resistência comprometida, como os infectados pelo vírus da imunodeficiência felina (FIV), idosos ou imunossuprimidos, são mais suscetíveis a doenças e podem enfraquecer a imunidade da colônia como um todo. Portanto, é essencial implementar um programa de manejo preventivo, envolvendo uma equipe composta por um veterinário e um gerente familiarizados com a estrutura e atividades do gatil.

A leucemia viral felina (FELV) é uma das principais doenças infecciosas em felinos, e frequentemente leva o animal à óbito. Trata-se de um vírus com distribuição global. Os gatos machos são os mais afetados, principalmente os não castrados e com acesso às ruas, devido ao maior contato com outros gatos (DA SILVA; SANCHES, 2022).

Norsworthy et al. (2011) enfatizam que o Vírus da Leucemia Felina (FELV) é contagioso e dissemina-se por contato próximo entre gatos que eliminam o vírus e gatos suscetíveis. A transmissão da doença ocorre principalmente pela saliva, que possui uma concentração mais alta do vírus do que no sangue. Gatos com viremia eliminam continuamente milhões de partículas virais na saliva, resultando em uma disseminação consistente do vírus em felinos infectados. Tanto a saliva quanto o sangue de gatos saudáveis com viremia apresentam altas concentrações virais, comparáveis às observadas em animais doentes. A evolução da infecção pelo FeLV é muito diferente em cada gato, embora o desfecho dependa principalmente do estado imunológico e da idade do gato, ele também é afetado pela patogenicidade do vírus, pressão da infecção e concentração do vírus. A evolução da infecção pelo FeLV também reflete variações genéticas tanto no vírus quanto na população de hospedeiros de criação natural. (GREENE, 2015, p.263-265).

Segundo Freitas (2022) a Esporotricose pode ser classificada como uma micose subcutânea, e emergiu como uma doença significativa, dada sua crescente incidência no Brasil, especialmente nos estados do sudeste, notadamente em São Paulo e Rio de Janeiro.

Barbieri, L. S. et al. (2017) relataram que a Esporotricose é considerada uma zoonose, uma doença piogranulomatosa, caracterizada pela infecção subcrônica desencadeada pelo fungo *Sporothrix Schenckii*. A propagação saprozoônica da condição é evidente, sendo o solo e a vegetação suas principais vias de disseminação. Os felinos domésticos, devido aos seus hábitos de escavação do solo para encobrir excrementos e arranhar árvores para afiar garras, podem atuar como vetores da infecção, transmitindo-a a outros animais e humanos através de arranhões. Dada sua natureza contagiosa e a complexidade do tratamento, que geralmente é prolongado e pouco compreendido, a Esporotricose representa um desafio significativo para a saúde pública. Santos et al. (2018) relatam que gatos infectados desenvolvem lesões cutâneas (conjuntival, nasal ou bucal) como nódulos e úlceras, além de comprometimento das mucosas. Além disso, os animais podem apresentar sintomas respiratórios, como espirros, corrimento nasal e dificuldade para respirar, juntamente com o aumento dos linfonodos. Da Rocha (2014) descreve que outros sinais clínicos possíveis incluem falta de apetite, perda de peso e desidratação. A gravidade da Esporotricose pode estar ligada à imunossupressão induzida pela coinfeção com o vírus da imunodeficiência felina (FIV) ou o vírus da leucemia felina (FeLV). Gatos com Esporotricose e infectados pelo FeLV apresentam níveis mais baixos de IgG contra o antígeno de *S. brasiliensis*, sublinhando a necessidade de novos estudos para entender melhor o impacto dessas coinfeções na saúde felina. (Rodrigues et al., 2023).

Prevenção e Controle

Medidas efetivas e definitivas precisam ser implantadas para regulamentação de abrigos que prestam serviço relevante à sociedade. Uma opção seria que todas as prefeituras tivessem médicos veterinários contratados para supervisionar e orientar esses abrigos. (GARCIA et al., 2019).

Tratando-se do Vírus da Imunodeficiência Felina ou da Leucemia Felina, realizar exames dentro de uma comunidade e separar animais positivos e negativos é uma essencial maneira de prevenção, já que interrompe o ciclo de propagação dos agentes ao evitar o contato entre fontes de contaminação e suscetíveis, dessa forma gatos introduzidos em grupos sempre devem ser examinados antecipadamente. Além disso, a domesticação e castração de gatos são essenciais como medidas preventivas suplementares, bem como, manter a higiene e desinfecção apropriadas evita a eventual transmissão por objetos contaminados. (Mazzotti & da Rosa, 2016)

De acordo com a tradução feita pelo instituto PremieRpet (2018) das Diretrizes sobre os Padrões de Cuidados em Abrigos de Animais da Associação de Veterinários de Abrigos, a dose infecciosa é a quantidade mínima de um patógeno, necessária para causar infecção em um hospedeiro suscetível. Limpar e usar desinfetantes adequadamente reduz a exposição dos animais aos patógenos e durante surtos de doenças, é importante revisar os protocolos de higienização para identificar problemas e ajustar conforme necessário para tratar os patógenos específicos. Porém, mudanças nas práticas de limpeza podem contribuir para o surgimento de surtos, mesmo com protocolos aparentemente adequados.

As Diretrizes sobre os Padrões de Cuidados em Abrigos de Animais (Diretrizes ASV, 2018), destacam a importância da meticulosa seleção de produtos destinados à limpeza e desinfecção, com especial ênfase em desinfetantes capazes de efetivamente combater os patógenos que permeiam o ambiente do abrigo. Dentre estes, os vírus não envelopados são notoriamente destacados devido à sua notável resistência aos processos de desinfecção convencionais. Ademais, salienta-se a necessidade de realizar a limpeza de acordo com a suscetibilidade dos animais às enfermidades, priorizando inicialmente aqueles mais suscetíveis. Ainda, é enfatizada a vital importância da higiene pessoal dos colaboradores, voluntários e visitantes, compreendendo tanto o uso apropriado de equipamentos de proteção individual quanto a frequente higienização das mãos. Equipamentos e utensílios utilizados no manejo dos animais devem ser adequadamente desinfetados ou descartados após o uso, com especial atenção a materiais de difícil desinfecção, como luvas de couro, bem como a higienização das vasilhas de

alimentação e água é tida como um ponto crucial, recomendando-se o uso de máquinas de lavar louça comerciais. Além disso, aborda-se a necessidade de evitar a circulação de animais doentes e de manter a limpeza das áreas externas adjacentes ao abrigo.

Vírus da Imunodeficiência Felina - FIV

Uma das estratégias mais eficazes para prevenir essa doença seria a vacinação dos gatos domésticos, porém Santos e Gomes (2022) afirmam que ainda não existe uma vacina totalmente eficaz. A complexidade em desenvolver uma vacina reside na ampla diversidade genética dos lentivírus e na capacidade do vírus de sofrer mutações no hospedeiro. Algumas vacinas experimentais estão sendo testadas contra subtipos específicos, mas elas não oferecem proteção quando os gatos são infectados por outros subtipos. Em abrigos de felinos ou com animais resgatados de ruas, a disseminação da infecção é considerável devido ao contato direto com felinos saudáveis. Nesse contexto, as recomendações incluem testar os gatos recém-chegados; se forem positivos para FIV, o ideal é separá-los dos gatos negativos. O mesmo princípio se aplica em casos de adoção, e se já houver outro gato em casa, a sugestão é testar o animal antes de introduzi-lo junto a outro gato saudável.

O controle do FIV visa principalmente a prevenção da infecção e a castração pode ajudar a reduzir o comportamento agressivo, limitando assim a disseminação do vírus por meio de brigas e mordidas. (Susan E. Little, 2015).

Além do desenvolvimento da vacina, outras estratégias têm sido exploradas para prevenir a infecção pelo FIV. A proteção contra isolados homólogos tem sido alcançada por meio da imunização passiva e da transferência adotiva de linfócitos de gatos vacinados. Filhotes de gatos podem ficar protegidos contra a infecção se a mãe possuir alta concentração de anticorpos específicos para o FIV, indicando o papel crucial da imunidade humoral nessa proteção. A detecção de atividade linfocitária citotóxica após a vacinação sugere a importância da resposta imune celular na proteção contra o FIV. (GREENE, 2015).

Little et. al (2020) enfatizam que a principal forma preventiva de novas infecções é pela identificação de animais positivos e vacinação.

Vírus da Leucemia Felina - FELV

O Vírus da Leucemia Felina é comum nas secreções corporais, especialmente na saliva, de gatos com infecção progressiva, representando uma ameaça imediata para outros felinos no mesmo ambiente (Alves; Menolli, 2021). Devido à sua fragilidade ambiental, o contato direto entre gatos e a transferência imediata através de objetos contaminados são os principais modos de transmissão (Stone, 2023). Para prevenir a disseminação do vírus, felinos com infecção progressiva devem ser isolados dos demais (Miranda; De Freitas, 2021).

De acordo com as informações obtidas pela Medicina Veterinária do Coletivo na Universidade Federal do Paraná (2020) sobre o manejo de doenças, os protocolos de limpeza e desinfecção em abrigos para reduzir a transmissão de doenças infecciosas são muito relevantes, e relatam que os Retrovírus, como FIV e FELV, são sensíveis a desinfetantes comuns, mas podem persistir em matéria orgânica seca por mais de uma semana. Portanto, a realização de procedimentos simples e regulares de limpeza são cruciais para evitar a disseminação desses agentes infecciosos nos abrigos, promovendo um ambiente mais seguro e saudável.

No contexto específico dos retrovírus felinos (FELV e FIV), é fundamental adotar medidas de controle eficazes. Identificar e separar gatos infectados são métodos considerados mais eficazes para prevenir novas infecções. Para isso, é necessário testar os gatos antes de introduzi-los em uma população fechada, com testes repetidos após exposições recentes devido

ao período de janela imunológica. No entanto, realizar testes confirmatórios pode ser desafiador devido ao tempo e custo envolvidos, especialmente em abrigos com recursos limitados. A dificuldade em encontrar lares para gatos positivos para retrovírus pode resultar em confinamento prolongado. (Susan E. Little, 2015).

É recomendado separar os gatos afetados pelo Vírus da Leucemia Felina de outros gatos, considerados negativos, a fim de evitar a disseminação da doença. Além disso, é crucial obter um diagnóstico preciso da infecção para determinar o estado de saúde de cada animal, ajudando a evitar exposições desnecessárias e mudanças inadequadas no estilo de vida. O isolamento e a vacinação são medidas eficazes na redução da incidência de infecções por Felv. (MALTA, 2022).

Segundo Anjos et al. (2023), ao realizar um diagnóstico preciso, a propagação da doença será reduzida, pois os resultados serão confiáveis, possibilitando o isolamento dos animais afetados e impedindo a disseminação do vírus.

Esporotricose

Apesar de todas as práticas de prevenção e controle que podem ser seguidas, a palavra "ausência" se destaca, pois está relacionada a carência que os abrigos nos quais os gatos com doenças infecciosas enfrentam, já que as dificuldades encontradas pela escassez em termos de conforto, segurança e bem-estar são comuns, tanto para pessoas, em casos de zoonoses, quanto para animais. A falta de guarda responsável e de políticas públicas efetivas para a proteção animal sobrecarrega aqueles que optam por fazê-lo com recursos próprios e a sociedade em geral é negligente com os problemas gerados por todas essas ausências (SOUZA, 2023).

Souza (2023) traz uma abordagem inovadora ao examinar o papel das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no cuidado de gatos afetados pela Esporotricose. Os obstáculos identificados extrapolam a simples gestão e fornecimento do medicamento itraconazol, abrangendo dificuldades relacionadas à infraestrutura, presença de doenças coexistentes, escassez de recursos como alimentação de qualidade e o estresse, que compromete a resistência dos felinos doentes. Aspectos como a limitação de espaços para isolamento e a superlotação, decorrente da entrada excessiva de animais em comparação com as adoções, são também ressaltados. No entanto, apesar dessas dificuldades, não foram observadas disparidades significativas nas taxas de recuperação e mortalidade entre os gatos abrigados por OSCs e aqueles com tutores individuais durante o tratamento da Esporotricose felina. Isso indica que a abordagem de cuidado em abrigos pode ser eficaz, desde que os desafios adicionais sejam adequadamente enfrentados.

De acordo com o guia estabelecido pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna (CEDEF, 2019) e a Escola Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é fundamental adotar práticas adequadas para garantir o bem-estar e a saúde dos animais, destacando a necessidade de considerar o comportamento dos gatos, especialmente os não castrados, para evitar acidentes e conflitos territoriais. A castração é recomendada como medida para reduzir tais comportamentos, quando combinada com restrições ao acesso externo. Além disso, são apresentadas medidas de prevenção para minimizar a transmissão da Esporotricose, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e boas práticas de manipulação de animais suspeitos. Ao entrar em contato com animais suspeitos, é imprescindível contar com equipamentos adequados para a contenção dos animais, garantindo seu bem-estar e a segurança dos manipuladores. Recomenda-se o uso de puçá, ao resgatar animais arredios, luvas de raspa de couro para manipulação de animais dóceis, colar elizabetano para prevenir mordidas e a disseminação do fungo. Além disso, a realização de ações de limpeza e desinfecção para eliminar contaminantes no ambiente e nos equipamentos utilizados no manejo dos animais suspeitos são essenciais.

Conforme orientações do “Protocolo de Vigilância e de Enfrentamento da Esporotricose Animal no Estado do Espírito Santo”, por meio da Secretaria do Estado da Saúde e do Núcleo

Especial de Vigilância Epidemiológica (NEVE), na cidade de Vitória (2022), a prevenção da Esporotricose em gatos pode ser alcançada através da conscientização dos tutores de animais e da comunidade para a adoção responsável, esterilização, restrição do acesso dos felinos ao ambiente externo, tratamento dos animais doentes, eutanásia dos casos sem possibilidade de recuperação, e adequado descarte dos corpos dos animais falecidos por conta da doença. A eutanásia deve ser realizada por um veterinário, em conformidade com as normas estabelecidas pela resolução do CFMV nº 1.000 de 11 de maio de 2012, que regula os procedimentos e técnicas de eutanásia em animais. A cremação ou incineração é o método apropriado para o destino dos corpos dos animais que sucumbiram à Esporotricose, ajudando a evitar a disseminação do *Sporothrix* spp. no ambiente.

O estudo realizado por Tavares et al. (2017) entre 2006 e 2016 no Gatil da Universidade Federal de Pernambuco abordou 76 casos de felinos suspeitos de Esporotricose, resultando em diagnóstico positivo para o fungo *Sporothrix schenckii*. Durante esse período, foram aplicadas medidas rigorosas de biossegurança, incluindo esterilização, limpeza e desinfecção diárias do ambiente e dos utensílios, além de normas adequadas de manejo e contenção. Semanalmente, os animais passavam por desinfecção da pelagem e cortes de unhas. A maioria dos felinos (73%) obteve recuperação total da doença, enquanto 6% dos animais vieram a óbito e 21% permaneceram em tratamento por recidivas ou insucessos terapêuticos. Os animais curados passaram por quarentena e posteriormente foram liberados para feiras de adoção.

De acordo com Da Silva et al. (2020), embora não exista uma estratégia preventiva específica, a conscientização dos responsáveis pelos animais, e da comunidade, é considerada crucial para mitigar o risco de transmissão, e tal método deve ser liderado pelos órgãos da saúde pública, uma vez que a Esporotricose pode afetar animais e seres humanos.

Gatil

Conforme Tavares et al. (2017) o gatil da Universidade Federal de Pernambuco se mostrou necessário para reduzir a disseminação de zoonoses e a ocorrência de superpopulação, inspirada em abrigos para recuperar, castrar e vacinar os animais contra raiva, atuando também com o objetivo de direcionar os animais para feiras de adoção; e para isso foi essencial a implementação de um programa de manejo adequado para reduzir a disseminação de doenças infectocontagiosas entre os animais recolhidos e as pessoas que frequentam o ambiente.

Além disso, o acesso ao gatil é limitado, a fim de reduzir o estresse, com horários específicos para atividades clínicas dos estudantes. A equipe segue procedimentos estabelecidos pela coordenação, garantindo limpeza diária dos recipientes de comida e água, bem como das caixas de areia. Os gatos têm à disposição água e ração seca específica, sem corantes, e a ração úmida é oferecida uma vez ao dia. Os resíduos são encaminhados para fossas ou recipientes de resíduos biológicos. O enriquecimento ambiental é usado para promover interação social e reduzir o estresse. Os animais doentes são separados para diagnóstico e tratamento específico, enquanto os saudáveis compartilham espaços amplos. A desparasitação, corte de unhas, escovação e exame clínico são realizados periodicamente. Aqueles aptos para adoção são encaminhados, enquanto os demais passam por reabilitação. (Tavares et al., 2017).

De acordo com as Diretrizes sobre os padrões de cuidados em abrigos de animais (Diretrizes ASV, 2018), as condições precárias de abrigo para gatos emergem como uma das principais lacunas nos alojamentos, exercendo um impacto consideravelmente desfavorável sobre a saúde e bem-estar desses animais. As orientações ressaltam a importância dos abrigos de animais proporcionarem um espaço adequado para que cada animal possa realizar movimentos naturais, como locomover-se livremente, erguer-se facilmente e percorrer o ambiente. Ademais, ressalta-se a essencialidade de espaços que possibilitem a manutenção e limpeza sem a

necessidade de retirar os animais, como uma medida fundamental para prevenir a propagação de doenças. Tais espaços devem ser disponibilizados não apenas para os animais recém-chegados e doentes, mas também para os animais jovens.

A segregação e identificação de felinos infectados pode ser considerado um dos métodos mais eficazes para prevenir novas infecções em outros gatos. Seguindo a tradução das Diretrizes sobre os Padrões de Cuidados em Abrigos de Animais da Associação de Veterinários de Abrigos (Diretrizes ASV, 2018), recomenda-se que, sempre que possível, o histórico clínico do animal seja adquirido quando o animal é entregue no abrigo. Além disso, qualquer informação disponível deve ser requisitada quando animais errantes ou perdidos são capturados e levados ao abrigo. A Associação também enfatiza a importância da separação dos animais que ingressam no alojamento para manutenção adequada da saúde e do bem-estar. Logo na entrada, os animais devem ser segregados por espécie, idade e estado de saúde física e comportamental.

As doenças infecciosas são mais comuns em filhotes, sendo que, em geral, filhotes com menos de 6 meses de idade são mais vulneráveis a infecções (AAFP, 2020). Portanto, devem receber maior proteção contra exposições, o que pode ser alcançado com mais facilidade ao separá-lo da população em geral. Recomenda-se também que, desde o momento de ingresso e ao longo de toda a permanência no abrigo, os animais saudáveis não sejam alojados ou manipulados juntamente com aqueles que apresentem sinais de doença. (Diretrizes ASV, 2018).

Vacinação

A alta exposição a doenças em abrigos, é essencial implementar um programa de vacinação robusto que não apenas proteja cada animal individualmente, mas também a população como um todo (WSAVA, 2024). As vacinas desempenham um papel vital como ferramentas de prevenção e cuidados de saúde nos abrigos de animais. Os protocolos de vacinação utilizados para animais de estimação não são adequados na maioria dos cenários populacionais em abrigos (Diretrizes ASV, 2018). Portanto, é essencial ajustar as estratégias de vacinação para os abrigos devido a vários fatores, como a maior exposição a doenças infecciosas, e a chance de muitos animais recém-admitidos não estarem protegidos, havendo riscos potencialmente letais, em consequência das infecções. Além disso, é crucial que os animais sejam vacinados com as vacinas essenciais no momento da admissão no abrigo, ou antes disso. (WSAVA, 2024).

Conforme a American Association of Feline Practitioners (AAFP, 2020), é recomendado que a administração das vacinas essenciais para gatos ocorra entre 4 e 6 semanas de idade, com intervalos de 15 a 21 dias. A imunização ativa, obtida por meio de uma vacinação adequada, é essencial para o controle de doenças infecciosas, beneficiando tanto os gatos individualmente quanto a população felina como um todo.

Segundo o Grupo de Diretrizes de Vacinação (VGG) da World Small Animal Veterinary Association (WSAVA, 2024), ao introduzir um gato a partir de 1 mês de idade em um abrigo, é necessário que o animal receba a dose das vacinas FPV, FHV e FCV e repita em 2 a 3 semanas. Sendo a recomendação dos veterinários, que a vacinação com as vacinas consideradas essenciais seja feita até os 5 meses de idade. Quanto ao exame para FIV e FELV, é considerado facultativo para felinos alojados individualmente devido ao risco reduzido de transmissão. No entanto, em locais onde os felinos são abrigados em grupos, os testes para retrovírus são considerados imprescindíveis antes da admissão no abrigo. Os animais positivos devem ser alojados separadamente ou em grupos com outros animais também positivos para a doença. Consequentemente, seria necessário manter áreas distintas para animais infectados por FELV, FIV ou ambos. Para felinos que permanecem nos abrigos por períodos prolongados, aconselha-se a realização dos testes, nos que testarem negativo, a vacinação contra FELV.

Mazzotti e da Rosa (2016) destacam a importância da imunização como ferramenta essencial para a saúde felina. Devendo ser empregada juntamente com todas as outras medidas, a imunização deve ser realizada em todos os animais em risco e todas as colônias. No Brasil, a vacina contra FELV é a única disponível, sendo uma vacina inativada, contida na Quíntupla felina. Os filhotes devem ser vacinados aos 8 e 12 semanas de idade, com reforços anuais ao longo da vida. É importante ressaltar que apenas gatos negativos devem ser submetidos à vacina, tornando obrigatória a realização de testes de diagnóstico previamente à sua administração.

Considerações finais

Diante da complexidade das doenças infecciosas em felinos abrigados, é evidente a necessidade de protocolos abrangentes de prevenção e controle. Este estudo reforça a importância de medidas como vacinação, desparasitação, quarentena e isolamento, juntamente com práticas de manejo, gestão do estresse e higiene adequada. Além disso, destaca-se a relevância da Medicina Veterinária do Coletivo, que aborda não apenas a saúde animal, mas também questões sociais, econômicas e políticas que afetam a vida dos animais e das comunidades. A implementação desses protocolos não apenas protege a saúde dos felinos abrigados, mas também contribui para a saúde pública, reduzindo a disseminação de doenças. Embora desafiador, o foco na medicina veterinária preventiva em abrigos é essencial para garantir condições mais saudáveis e uma melhor qualidade de vida para os animais.

Referências bibliográficas

1. Artigos de revista

Alves, S., & Menolli, K. (2021). Vírus da leucemia felina: revisão. *Revista Terra & Cultura: Cadernos De Ensino E Pesquisa*, 37(72), 34-40. Recuperado de <http://publicacoes.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/1707/1735>

Barbieri L. S.; Santos T. O. dos; Tavares M. H. B.; Cunha A. L. T.; Moura R. T. D. Esporotricose, abandono e saúde pública: a importância do manejo e do tratamento de animais da gatil da UFRPE. *Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP*, v. 15, n. 1, p. 71-72, 1 jan. 2017.

DA SILVA, G.; EVELIN CAROLINE ORTIZ; FREITAS, C.; SILVA; SILVA. A ESPOROTRICOSE EM FELINOS. *Revista Intellectus*, v. 56, n. 1, p. 51–63, 2020. Disponível em: <<https://revistasunifajunimax.unieduk.com.br/intellectus/article/view/652>>.

DOS ANJOS, AC; OLIVEIRA, MC; MINAZAKI, CK; PICOLI, MEF da S. Respostas imunológicas desenvolvidas por gatos com Leucemia felina, causada pelo vírus da Leucemia felina (FELV). *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, [S. l.], v. 8, pág. 24198–24216, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n8-071. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/62178>.

LITTLE, S.; LEVY, J.; HARTMANN, K.; HOFMANN-LEHMANN, R.; HOSIE, M.; OLAH, G.; DENIS, K. S. 2020 AAFP Feline Retrovirus Testing and Management Guidelines. *Journal of Feline Medicine and Surgery*, v. 22, n. 1, p. 5–30, jan. 2020.

MIRANDA, K.; DE FREITAS, E. RELAÇÃO ENTRE O COMPLEXO GENGIVO-ESTOMATITE (GECF) E O VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA FELINA (FIV) E VÍRUS DA

LEUCEMIA FELINA (FeLV). Arquivos Brasileiros de Medicina Veterinária FAG, v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://ojsrevistas.fag.edu.br/index.php/ABMVFAG/article/view/387>>.

SANTOS, L.; GOMES, D. IMUNODEFICIÊNCIA VIRAL FELINA – A AIDS DOS GATOS. Revista Científica Unilago, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/341>>.

SILVA; SANCHES, G. ESTUDO DA PREVALÊNCIA DO VÍRUS DA LEUCEMIA FELINA, EM FELINOS DOMÉSTICOS EM HOSPITAL VETERINÁRIO EM CASCAVEL/PR NO ANO DE 2022. Arquivos Brasileiros de Medicina Veterinária FAG, v. 6, n. 1, p. 163–171, 2022. Disponível em: <<https://themaetscientia.fag.edu.br/index.php/ABMVFAG/article/view/1761>>.

Tavares M. H. B.; Barbieri L. S.; Santos T. O. dos; Cunha A. L. T.; Moura R. T. D. O papel do gatil da Universidade Federal de Pernambuco como instrumento de ensino, pesquisa, extensão e controle populacional de doenças em gatos abandonados na instituição. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP, v. 15, n. 1, p. 73, 1 jan. 2017.

2. Livros

GARCIA, R.; CALDERÓN, N.; BRANDESPIM, D. F. Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas. Campo Limpo Paulista; Integrativa Vet; 2019. Bvsalud.org, p. 506–506, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1023279>

GARY D. NORSWORTHY, SHARON FOOSHEE GRACE, MITCHELL A. CRYSTAL, LARRY P. TYLLEY. O PACIENTE FELINO. 4ª ed. Wiley-Blackwell, 2011.

GREENE, C. E. Doenças Infecciosas em Cães e Gatos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Roca, 2015.

LITTLE, Susan E. O Gato: Medicina Interna. Rio de Janeiro: Roca, 2015.

MAZZOTTI, G. A. DA ROZA, M. R. MEDICINA FELINA ESSENCIAL - GUIA PRÁTICO. Curitiba: Equalis, 2016. Disponível em: https://issuu.com/editoraequalis/docs/livro_versao_3_final

3. Teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso

CASTANHEIRO, A. Medicina de abrigo em casos de suspeita de maus-tratos a animais de companhia. Repository.utl.pt, 2017. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14362>>.

DA ROCHA, R. TRATAMENTO DA ESPOROTRICOSE FELINA REFRAATÁRIA COM A ASSOCIAÇÃO DE IODETO DE POTÁSSIO E ITRACONAZOL ORAL. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/11962/raphael_rocha_ini_mest_2014.pdf?sequence=1>.

DOS SANTOS, A.; RODRIGUES, D.; KUBIAK, E.; FERNANDEZ, N.; DUDA, N.; SILVA, L. OCORRÊNCIA DO VÍRUS DE IMUNODEFICIÊNCIA FELINA (FIV) E VÍRUS DA LEUCEMIA FELINA (FELV) EM FELINOS SUBMETIDOS A TESTE RÁPIDO EM PORTO ALEGRE | CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE DA SERRA GAÚCHA. 2021. Disponível em: <<https://ojs.fsg.edu.br/index.php/pesquisaextensao/article/view/5070>>.

FREITAS, C. Esporotricose em felinos domésticos. Universidadebrasil.edu.br, 2022. Disponível em: <<https://repositorioacademico.universidadebrasil.edu.br/xmlui/handle/123456789/637>>

MALTA, L. Estudo retrospectivo de alterações hematológicas do FeLV em laboratórios do DF. Uniceplac.edu.br, 2022. Disponível em: <<https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/1985>>.

OTTONI, I. ABRIGO DE ANIMAIS: CONDICIONANTES PARA O RESGATE, REABILITAÇÃO, BEM-ESTAR E ADOÇÃO DE CÃES E GATOS. 2019. Disponível em: <<https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriottcc/article/view/1679>>.

RODRIGUES, A.; ALMEIDA, D.; SEVERO, T.; SILVA, C.; JORGE, S.; NASCENTE, P. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS RETROVIROSES NOS NÍVEIS DE ANTICORPOS IgG CONTRA A ESPOROTRICOSE EM FELINOS DOMÉSTICOS. 2023. Disponível em: <<https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/11919/AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20IMPACTO%20DAS%20RETROVIROSES%20NOS%20N%C3%8DVEIS%20DE%20ANTICORPOS%20IgG%20CONTRA%20A%20ESPOROTRICOSE%20EM%20FELINOS%20DOM%C3%89STICOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

SOUZA, B. Estratégias para educação e acompanhamento do tratamento gratuito dos gatos domésticos como medida de combate à esporotricose zoonótica. Ufmg.br, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/53637>>

STONE, N. V. Identificação e quantificação de haplótipos intra-hospedeiro e sua correlação com parâmetros sanguíneos em gatos infectados com o vírus da leucemia felina. Ufrgs.br, 2023. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266786>>.

4. Outros documentos e Diretrizes

ALVES, M. CONTROLO DE DOENÇAS INFECIOSAS E DOENÇAS ZOONÓTICAS EM ABRIGO. Rcaap.pt, 2020. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/35958>>.

AMERICAN ASSOCIATION OF FELINE PRACTITIONERS (AAFP). (2020). Feline Vaccination Guidelines. Disponível em: https://www.aaha.org/globalassets/02-guidelines/feline-vaccination-guidelines/resource-center/corevaccinesshelter-housedcats_table.pdf

ASSOCIATION OF SHELTER VETERINARIANS. Diretrizes sobre os padrões de cuidados em abrigos de animais. Tradução de Fabiana Buassaly Leistner. 1. ed. São Paulo: Premierpet. 2018. Disponível em: https://premierpet.com.br/wp-content/uploads/2023/02/shelter_medicine-diretrizes-instituto-compactado.pdf

BEZERRA, N.; DE SOUZA, P. Controle de doenças infecciosas em abrigos - IMVC. 2022. Disponível em: <<https://institutomvc.org.br/site/index.php/2022/07/20/controle-de-doencas-infecciosas-em-abrigos/>>.

CONFERÊNCIA - IMVC. 2022. Disponível em: <<https://institutomvc.org.br/site/index.php/conferencia/>>.

GALDIOLI, L.; ZAVATIERI, H.; LUIS, P.; TUROZI, F.; CÍNTIA, M.; FERRAZ, P.; DE CASSIA, R.; GARCIA, M. GUIA INTRODUTÓRIO DE BEM-ESTAR E COMPORTAMENTO DE CÃES E GATOS PARA GESTORES E FUNCIONÁRIOS DE ABRIGOS Editores e Organizadores. 2021. Disponível em: <<https://premierpet.com.br/wp-content/uploads/2023/02/GUIA-INTRODUTORIO-DE-BEM-ESTAR-E->

COMPORTAMENTO-DE-CAES-E-GATOS-PARA-GESTORES-E-FUNCIONARIOS-DE-ABRIGOS-DIGITAL.pdf>.

GUIA PRÁTICO Políticas de MANEJO ÉTICO CÃES E GATOS. 2019. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<https://www.mpmg.mp.br/data/files/C6/35/7E/12/2D44A7109CEB34A7760849A8/Guia_politicas_manejo.pdf>.

LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA E. [s.l: s.n.]. 2021. Disponível em: <https://defesadafauna.blog.br/wp-content/uploads/2021/03/guia-mpmg-cedef-ufmg-atencao-acumuladores-esporotricose-e-leishmaniose-1.pdf>

MANEJO DE DOENÇAS VÍRUS DA LEUCEMIA FELINA (FeLV). 2020. Disponível em: <https://agrarias.ufpr.br/mvc/wp-content/uploads/sites/32/2020/06/Manejo-de-Doen%C3%A7as-Abrigo-FELV.pdf>

MEDICINA DE ABRIGOS - MEDICINA DE ABRIGOS BRASIL. 2022. Disponível em: <<https://mvabrigosbrasil.com.br/medicina-de-abrigos/>>.

NEWBURY, A.-S.; BLINN, M.; BUSHBY, P.; COX, C.; DINNAGE, J.; GRIFFIN, B.; HURLEY, K.; ISAZA, N.; JONES, W.; MILLER, L.; O'QUIN, J.; PATRONEK, G.; SMITH-BLACKMORE, M.; SPINDEL, M. Diretrizes sobre os padrões de cuidados em abrigos de animais. São Paulo: Association of Shelter Veterinarians/PremierPet, 2018. Disponível em: https://www.premierpet.com.br/wp-content/uploads/2020/11/shelter_medicine-diretrizes-instituto.pdf

PROTOCOLO DE VIGILÂNCIA E DE ENFRENTAMENTO DA ESPOROTRICOSE ANIMAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO VITÓRIA. 2022. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://farmaciacidada.es.gov.br/Media/farmaciacidada/Componente-Estrategico/Esporotricose/PROTOCOLO_DE_ESPOROTRICOSE.pdf>

SANTOS, A.; ROCHA, B.; FERREIRA, D.; SOARES, M.; COELHO, G.; PAIS, T.; DE MORAIS, G.; XAULIM, D.; KELLY; KELLER, M.; LAURANNE; SALVATO, A.; LÍVIAN; LECCA, O.; FERREIRA, L.; LUÍS; GOUVEA, H.; MANUELA, S.; ANDRADE, B. Guia Prático para enfrentamento da Esporotricose Felina em Minas Gerais. [s.l: s.n.]. 2018. Disponível em: <https://www.crmvmg.gov.br/arquivos/ascom/esporo.pdf>

WORLD SMALL ANIMAL VETERINARY ASSOCIATION (WSAVA). (2024). Grupo de Diretrizes de Vacinação. Disponível em: 2024 guidelines for the vaccination of dogs and cats – compiled by the Vaccination Guidelines Group (VGG) of the World Small Animal Veterinary Association (WSAVA)